

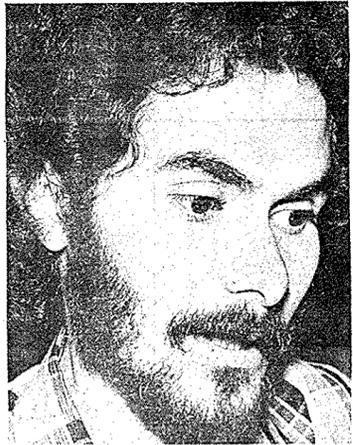
# ESSE HOTEL NÃO VAI DAR CERTO

Não vai dar certo. A Goiastur vai reabrir o Hotel JK, na Ilha do Bananal e — a julgar pelo que diz o delegado regional da Funai, Ivan Baiocchi — “esse elefante branco vai ser sua maior burrada”. Para início de conversa, ele não acredita no postulado de Helder Camargo, presidente da Goiastur, para quem “o índio será a principal atração

turística do Hotel, especialmente para estrangeiros e sulistas”.

Baiocchi diz que o Araguaia continuará como a principal atração turística e o índio será, no máximo, uma atração secundária. Baiocchi garante: “A reabertura virá a provar, pela terceira vez, a inviabilidade econômica do empreendimento na região. Mato é para quem gosta e não existe meio termo”.

Ele já foi diretor do Parque da Ilha do Bananal e diz ter visto, ali, durante três anos, a inviabilidade econômica do projeto. “Tudo lá é caro. Não há energia elétrica e os geradores têm de funcionar 24 horas por dia, operação onerada pelo transporte do combustível e dos técnicos. Além disso, o hotel terá de dispor de muitos funcionários para poucos hóspedes”.



Pedro Tierra: “não foram os Karajá que convidaram os turistas para depredar a natureza da Ilha do Bananal”



Ivan Baiocchi: “Mato é para quem gosta do mato. O hotel não será um bom negócio”



Esta foto tirada por André Toral na Ilha do Bananal é de uma moça no ritual de pintura coletiva (Árinoká). O nome da índia é Ijadomá, da Aldeia Canoanã e bem representa a beleza da cultura Karajá que para o branco serve apenas como atração turística e não como a preservação de nossos valores

Pedro Tierra, membro do Conselho Indigenista Missionário, também levanta dúvidas quanto ao sucesso do empreendimento. Na área da economia, também ele duvida daquela história de que o índio será atração turística. Ele lembra que “o turismo, na região, costuma ser privilégio de poucos. E esses poucos são justamente os senhores e os filhos dos grandes proprietários da terra que, em muitos casos, foi usurpada dos próprios Karajá”. Se for assim, esses turistas não são, realmente, daqueles que se espantam ao ver índios.

Além da economia Pedro Tierra vê outros aspectos da novela do Hotel JK. Há o aspecto literário, de ficção social ou de realismo fantástico. “Quem conhece literatura latino-americana e ouve falar desse hotel lembra logo de Cem Anos de Solidão, de Gabriel Garcia Marques. O Hotel foi despejado de avião sobre os Karajá. Material operário foram levados, na época da construção de Brasília, para fazer, na Ilha, a estância de veraneio do senhor presidente da República. O Juscelino foi um verdadeiro coronel Aureliano Buendia personagem principal do livro, quando colocou talheres de ouro e prata no meio da miséria do Centro-Oeste”.

Depois de Juscelino, a ficção entrou no terreno da galhofa. Virou comédia. Zeloso coronel, lembrado por Pedro Tierra, tentou mudar o nome do Hotel, quando o dono do nome foi cassado. Mas, como tirar o JK gravado no ouro, na prata, no linho e nas porcelanas do Hotel? Não dava. Manteve-se então o nome e tentou-se mudar a só musa inspiradora, dizendo que o JK era de John Kennedy, e não de Juscelino Kubistcheck. Não colou, é claro.

Mas esses aspectos nem são muito importantes. Sob o aspecto econômico, se o Hotel JK redundar em fracasso, não vai haver muita grita, pois tem muito dinheiro público sendo ainda pior aproveitado. Quanto aos aspectos de ficção ou de ridículo, entram apenas para o folclore, sem novos prejuízos para o empreendimento. A questão séria, nessa novela, é a do índio. E é aí que as opiniões se dividem.

A do delegado regional da Funai, Ivan Baiocchi, é meio contraditória. Ele diz que a reabertura “não é uma boa medida, a não ser que seja elaborado um esquema entre Funai e Goiastur, para não prejudicar a vida do índio Karajá”. Logo depois, no entanto, diz não ver nenhum risco para o índio, “pois já funcionou como hotel de turismo e não houve nada em relação a isso”.

E vai mais longe: “o contato dos índios com os brancos já é permanente. A cidade de Santa Isabel, por exemplo, fica a seis quilômetros de uma aldeia Karajá na ilha, e oferece um contato ainda mais pernicioso do que com os turistas, pois é região de pecuária e de muito dinheiro”.

Mesmo assim, Baiocchi considera necessárias algumas medidas para a proteção do índio. Por exemplo, a proibição da caça e da pesca profissionais na Ilha do Bananal, que além do índio depende para sobreviver. Ele gostaria de ver a Ilha transformada numa “Yellow Stone” brasileira, com guardas florestais servindo de guias turísticos e, ao mesmo tempo, evitando a depredação.

Acha preciso, também, proteger o índio contra outras pessoas, como os sertanejos. Quando os pastos secam, até 14 mil deles já chegaram a levar 150 mil cabeças de gado para pastar na Ilha. Mesmo assim, só podem causar algum mal diretamente ao índio. A ecologia, não, segundo Baiocchi, “pois a natureza se encarrega de repor o capim e manter o equilíbrio”.

Pedro Tierra, do Conselho Indigenista Missionário, acredita, no entanto, que “o Karajá poderá ser extinto de vez, com a reabertura do hotel”. Essa extinção começou com os bandeirantes — que fizeram tudo errado em relação aos índios — e intensificou-se exatamente depois de 1910, quando foi criada o SPI — Serviço de Proteção ao Índio.

O próprio delegado regional da Funai admite isso, quando diz que “erros sobre erros foram cometidos, de lá para cá”. E foram tantos os erros, que, em 1910 — quando a população brasileira acabava de ultrapassar a casa dos 20 milhões de habitantes — os Karajá somavam 10 mil índios, na Ilha do Bananal. Hoje, enquanto a população brasileira se multiplicou por seis, a dos Karajá se dividiu também por seis: não restam mais do que 1.500 índios por lá.

“Do ponto de vista do Karajá — diz Pedro Tierra — tanto faz que o financiamento da reabertura do hotel se faça com recursos federais ou estaduais. Seu prejuízo será o mesmo. E por respeitar e defender o ponto de vista do índio, o Conselho Indigenista Missionário é contra a reabertura”.

Ele explica: “Em primeiro lugar, a reabertura do Hotel vai colocar o índio em contato com o turista, que pode ser definido como ‘o bárbaro em férias’. O regime capitalista traga o tempo das pessoas, submete-as durante o ano quase todo a uma pressão contínua e, depois, as libera para a descarga das tensões. Os turistas vão descarregar suas tensões em cima dos índios, que não os convidaram”.

— Pedro, você que conhece bem a vida dos índios, podia falar um pouco sobre a dos Karajá?

— Na verdade, a pátria dos Karajá é o Araguaia. Encontramos Karajá desde Aruanã até Xambioá, cerca de 1.200 quilômetros ao Norte. O Instituto de Arqueologia e Pré-História da Universidade Católica de Goiás encontrou, no Vale do Rio Vermelho, cerâmica Karajá de 12 mil anos. Essa cerâmica é em tudo igual à que os Karajá fazem hoje. Isso é só um dado para que não pare dúvidas sobre quem é o dono das terras do Vale do Araguaia.

Por sua fidelidade ao Araguaia — continua Tierra — o povo Karajá, desde o século XVIII, tem sido sistematicamente dizimado. São três grupos — Javaé, Xambioá e Karajá propriamente dito — que formam um povo de artesãos e pescadores, que retira sua sobrevivência basicamente do rio e das terras próximas que lhes foram sendo roubadas pelos grandes criadores e fazendeiros do Centro-Oeste.

Em 1948 eles eram 4 mil. Hoje, são 1.500. Ou seja, o extermínio do povo Karajá é um fato incontestável.

— Pedro, como você analisa a “visão turística do índio” que o presidente da Goiastur, Helder Camargo, mostrou em matéria publicada por este jornal?

— A Ilha do Bananal é o último refúgio desse povo.

A visão turística do presidente da Goiastur não traz nenhuma novidade. Tem as mesmas características de qualquer visão de exploração do turismo. Como nessa sociedade tudo é possível de ser comercializado, os defensores do turismo na Ilha do Bananal não apresentam o menor escrúpulo em comercializar os valores mais profundos de um povo, desde que isso dê lucro.

O contato com a sociedade brasileira — continua Tierra — está convertendo os Karajá em artesãos compulsivos, fazendo com que o produto artesanal, que na comunidade indígena tem um sentido de relação com a natureza e com o trabalho, se converta num produto fabricado em grande escala para enfeitar as salas da Goiastur e os apartamentos dos burgueses que podem comprá-lo.

É importante observar: ao mesmo tempo em que a exploração do turismo exige essa produção de artesanato em larga escala, a sociedade branca, pelo próprio caráter de depredadora de sua natureza, vai retirando dos índios a matéria-prima para essa fabricação. Já se disse, aqui em Goiás, que os Karajá são depredadores dos seus próprios recursos. Só a irresponsabilidade de autoridades é capaz de gerar semelhante concepção. A existência comprovada dos Karajá no Vale do Araguaia num tempo tão longo prova que os índios são os mais hábeis preservadores da natureza. E prova, em segundo lugar, que eles são capazes de decidir e conduzir seu próprio destino. Então, para defender a sobrevivência desses índios, o melhor que o branco pode fazer é devolver a liberdade usurpada dos índios pela sociedade branca. Entre as medidas mais práticas, a primeira seria a de impedir a exploração turística da Ilha do Bananal.

A presença do branco entre os Karajá só tem trazido a cachaaça, a prostituição, a desagregação do grupo, a destruição dos mitos e costumes, das danças e das expressões culturais de todo um povo. A segunda medida seria exigir da Funai que ela cumpra o Estatuto do Índio, não permitindo a exploração econômica da Ilha do Bananal pelos grandes criadores de gado da região, conclui Pedro Tierra.

Em resumo, esse Hotel não vai dar certo. Se, contrariando os prognósticos pessimistas de Ivan Baiocchi, o empreendimento se mostrar economicamente viável, estará dando certo apenas para a Goiastur e seus turistas. Para o índio, será apenas mais um erro. Talvez o último.